

Uma Senhora de Engenho no mundo das letras: História, memória e identidade cultural em Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1843-1930).

Marcelo Souza Oliveira
Graduado em História e Mestrando em Estudo de Linguagens/UNEB

RESUMO: A elite baiana nos fins no início do século XIX, passou por um período de dificuldades econômicas e sociais em decorrência do declínio das atividades agrícolas para exportação. Tal conjuntura levou muitos membros da elite letrada a escrever textos sobre os saudosos tempos de opulência e abastança dos agricultores do Recôncavo. A escritora Anna Ribeiro (1843-1930), era membro desse grupo. Esse artigo tem por objetivo fazer uma releitura do mundo em que Anna Ribeiro viveu e do grupo com o qual se identificou através da análise de suas memórias e demais publicações e manuscritos de sua autoria. O texto visa oferecer melhores fundamentos para a interpretação da literatura produzida por Anna Ribeiro, como fonte de representações sobre o Recôncavo baiano no final do oitocentos.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX; memória; identidade cultural.

ABSTRACT: The elite of Bahia in the ends in I begin it of the century XIX, it went by a period of economical and social difficulties due to the decline of the agricultural activities for export, such context took many members of the learned elite to write texts on the nostalgic times of opulence and the farmers of the Bay area abundance. Writer Anna Ribeiro (1843-1930), it was member of that group. That article has for objective to do a new reading of the world in that Anna Ribeiro lived and of the group with which identified through the analysis of their memoirs and other publications and manuscripts of her authorship. The text seeks to offer better foundations for the interpretation of the literature produced by Anna Ribeiro, as source of perception of the speeches on the Bay area from Bahia in the end of the eight hundred.

KEYWORDS: Century XIX; memory; cultural identity.

Aquela manhã de dezembro de 1851 parecia rotineira como várias outras que se passaram no engenho Api no início do terceiro quartel do século XIX. Os mais de cem

escravos estavam na lavoura trabalhando para o sucesso da colheita da próxima safra. Na casa-grande, as mucamas estavam a preparar a próxima refeição. A infante Senhorinha do Api, filha dos senhores da casa, brincava com as negrinhas no terreiro da casa-grande, quando percebeu que algumas pessoas estranhas à família chegavam à porteira, sendo recebidos, em seguida, no salão central da casa senhorial. Não era de costume receber pessoas daquele tipo naquele engenho da freguesia baiana de Sant'anna do Catu-Ba, pois as condições de transporte eram precárias e o acesso difícil. Além disso, costumava-se apenas receber os membros do clã familiar ao qual pertencia o senhoril da casa: tios, primos, cunhados, sobrinhos que habitavam os engenhos vizinhos. A jovem Senhorinha, curiosa em saber o que estava acontecendo, interrompeu a brincadeira com as escravinhas e entrou pelos fundos da grande vivenda assentando-se num dos cômodos, de onde ouvia a conversa. Muitos negros entravam e saíam do recinto: eram escravos das fazendas do sertão pertencentes ao seu avô e a tia, recentemente falecidos. Na sala, ainda se encontravam seu tio Pedro Ribeiro e dois filhos de sua Tia Josefa: Pedro Ribeiro da Trindade e Manoel Paulino Ribeiro, o primeiro de quatorze e o segundo de dose anos de idade, lá estavam também seu pai e sua mãe.

Em pouco tempo, entraram homens brancos, até então desconhecidos. A menina ouviu alguém dizer que se tratava de avaliadores e tabeliões vindos da comarca mais próxima e percebeu que se tratava da partilha dos bens de seu avô. Era novembro de 1851 e a jovem Santinha – apelido com que chamavam Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930) - com a discrição própria de uma menina de “boa família”, mas com uma curiosidade peculiar a toda criança da sua idade, narrou o acontecido:

Assisti então à cena repugnante da avaliação dos escravos, à qual eu não dei então a devida importância. Fiquei com as negrinhas em um lugar onde via o que se passava na sala em que se achavam o juiz municipal, o tabelião e outros funcionários. Os escravos entravam de um a um e ficavam em pé diante dos avaliadores. Cada herdeiro apresentava o seu avaliador: eram estes, portanto, três. Nem sempre combinavam o preço, o que dava lugar a discussões sobre a qualidade da *mercadoria*, (sic) como se essa não fosse de seres dotados de razão e, por conseguinte, de amor-próprio para se doerem de ver os seus defeitos patenteados em meio a escárnio e irrisão. Se era alguma rapariga bonita, cochichavam entre si apreciações bem contrárias à moral, o que dava motivo à hilaridade de todos. Não podia eu ouvir tais julgamentos, mas lembro-me de risadas ruidosas, e das próprias escravas comentarem os qualificativos ridículos ou deprimentes dados às suas companheiras feias ou velhas. (BITTENCOURT, 1992, p. 30.)

Esse episódio é um dos primeiros descritos no caderninho de memórias de Anna Ribeiro, redigido por volta da década de 1920¹. No momento que a partilha ora narrada ocorrera, a menina Anna Ribeiro tinha entre sete e oito anos de idade. Contudo, foi à anciã Anna Ribeiro, escritora detalhista e experiente, que escreveu a história. Segundo a autora, suas memórias foram redigidas como um memorial para as futuras gerações da família. O objetivo era guardar as reminiscências da “nobre” família dos Araújo Góes. E nisso, ao que parece, ela foi bastante competente.

Ecléa Bosi afirma que a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. Ela observa também que na maior parte das vezes, lembrar não é ver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado “tal como foi”. Por mais nítida que pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmo de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no presente, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista. Dessa forma, a lembrança da Anna Ribeiro anciã sobre a Anna Ribeiro infante, é a reconstrução de si mesma em função dos valores, crenças, e experiências acontecidas no decorrer de sua vida.

Mesmo sendo bastante detalhista, a memorialista confessa que alguns detalhes sobre episódios contados por ela em uma ocasião podem ter ocorrido em outras, o que enuncia o caráter coletivo das memórias (BITTENCOURT, 1992, p. 46). No que tange a essa questão, Ecléa Bosi reitera que é preciso reconhecer que muitas das lembranças, ou mesmo das idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro de si, que acompanha sua vida e são enriquecidas por experiências e debates. Parecem tão familiares que é difícil identificá-las objetivamente. Elas foram formuladas por outrem, e as pessoas, simplesmente, as incorporam ao seu cabedal (BOSI, 1994, p. 47). Dessa forma, ao propor uma releitura dessas memórias, intenciona-se perceber com quais grupos a autora se identificava e como ela se percebia, ou seja, qual era a imagem que ela adquiriu ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que construía e apresentava aos outros de si mesma e para os outros

¹ As referidas memórias foram publicadas em dois volumes pelos seus descendentes em 1992, pela editora Nova Fronteira.

(POLLAK, 1992, p.204). No momento da escrita estava em jogo não só a conservação das memórias de sua família, mas sua identidade individual e do grupo social ao qual pertencia.

Esse texto visa oferecer melhores fundamentos para uma interpretação da literatura de Anna Ribeiro como fonte de percepção dos discursos sobre o Recôncavo baiano no final do século XIX.

Rememorando os lauréis do passado: nobreza e opulência dos Araújo Góes do Catu

Vivia no mundo das leituras, das recordações da mocidade e era uma mulher cuja inteligência impressionava a qualquer pessoa que convivesse com ela (Anna Mariani B. Cabral, neta de Anna Ribeiro, S/D).

Anna Ribeiro, em suas memórias, registra a ostentação de nobreza a que se propunham os antigos senhores e senhoras de engenho da Bahia oitocentista. A afirmação de uma origem “nobre”, a opulência expressa nas volumosas festas na casa-grande e a “abastança” com que se gabavam à elite senhorial, são argumentos utilizados pela autora para firmar-se como descendente e participante dessa ordem. As memórias são construídas por grupos sociais. São os indivíduos que lembram, no sentido literal, físico, mas são os grupos sociais que determinam o que é “memorável” e também como será lembrado (BURKE, 2000, p. 70). Pode-se, portanto, afirmar que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual, como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si². Dessa forma, as lembranças expressam momentos gloriosos e festivos de forma saudosista como se o tempo da narrativa não fosse à sombra do tempo dos episódios narrados. Reforça-se a valorização do tempo passado em detrimento do tempo presente, tempo em que a elite à que Ribeiro se afirmou pertencer dominava o regime social vigente. Tratava-se da tentativa da construção

² Aqui o sentido de identidade é tomado de acordo com o que afirmara Michael Pollak: “identidade é o sentido de imagem para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros de si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros” (POLLAK, Op. Cit., p.204).

identitária da memorialista em momentos de declínio econômico e social nos primeiros anos da República³.

Em busca de uma identidade possível: “a segunda nobreza do país”

A sociedade baiana oitocentista se apresentava de uma forma fortemente hierarquizada. No topo da sociedade do Recôncavo se encontrava uma aristocracia rural que aspirava a condições de nobreza nos moldes do que se verificava em Portugal. Kátia Mattoso reitera que no Brasil uma pessoa nobre poderia ser reconhecida pela sua linhagem ou pela colocação de seus bens e educação a serviço da pátria. Mesmo que um indivíduo não fosse fidalgo de linhagem (filho d’algo), poderia ser “agraciado” pelo imperador de acordo com a sua disposição em “servir” ao império (MATTOSO, 1997, 154). Nos *Longos serões do campo: infância e juventude*, Anna Ribeiro faz uma elucidativa referência a esse respeito:

(...) os Araújo Góes, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território, gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo da espécie de aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era a **segunda nobreza do país**, como era na França a magistratura. Tendo gozado de grandes privilégios nos tempos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade (BTTENCOURT, 1992. p.1). [Grifo meu]

A tentativa de atribuir status de nobreza ao ramo paterno de sua genealogia se estabelece de maneira aparentemente pouco pretensa, mas se revela audaciosa logo nas primeiras linhas do discurso, afinal os Araújo Góes eram homens “probos” (retos, dignos e incorruptíveis), “cumpridores de contratos”, pertencentes à classe muito “considerada” o reconhecimento do espírito distinto que, segundo D. Anna todos atestavam, era o primeiro de seus argumentos na senda por um auto-reconhecimento de nobreza⁴. Ao afirmar textualmente que os Araújo Góes não desmentiam à aristocracia formada pelos

³ A esse respeito ver LEITE. Rinaldo Cezar Nascimento. *A Rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas*. (tese de doutorado – PUC-SP), 2005.

⁴ A família Araújo Góes é uma das mais antigas e tradicionais da Bahia. Seu fundador português, Gaspar de Araújo, originário da vila de Arcos de Val-de-Vez, no Minho, e sua Mulher Dona Catarina de Góes, procedente da vila de Alemquer perto de Lisboa se instalaram em 1561 na Capitania de Ilhéus. A Partir de 1800-1810 uma de suas descendências (Simeão de Araújo Góes) se destaca na política e economia de Salvador e do Recôncavo. Três de seus membros foram “agraciados” com títulos de baronato no decorrer do século XIX, período de ascensão econômica e social dessa família.

considerados senhores de engenho, que seriam uma espécie de “segunda nobreza do país”, a senhorinha do Catu corrobora as informações anteriores. Mas, é na parte final da sua alocução que ela faz a afirmativa mais interessante: os Araújo Góes gozaram tanto de privilégios nos tempos coloniais, quanto no império. Nos tempos coloniais seria os próprios portugueses que confirmavam a posição da família e no império o novo Estado brasileiro a sancionaria. Em outro tempo Anna recita uma conversa que teria ouvido do seu avô quando esse estava para casar sua filha com Mathias Araújo Góes:

(...) é da família Araújo Góes, do Catu; e sei que é boa, (...) São de muito boa família e tem até fidalguia; não fazem por isso cabedal porque são lavradores e homens dados ao trabalho (BITTENCOURT, 1992. p. 07).

O caráter “modesto” das afirmações do patriarca dos Ribeiro vai de encontro ao discurso que lograva que os nobres de verdade não deveriam se gabar de sua posição, e atribui aos Araújo Góes uma possível fidalguia⁵. Apoiando-se ao historiador Stuart Schwartz, Kátia Mattoso, ressalva que, “*apesar da aspiração ao status de nobreza, os senhores de engenho (do Recôncavo) constituíam-se essencialmente em uma aristocracia de riqueza e poder, que desempenhou e assumiu muitos papéis da nobreza portuguesa, mas nunca se tornou um Estado com bases autoritárias. É essa aristocracia que dá a Bahia certas tonalidades da sua opulência*” (MATTOSO. 1997, p. 154)

Outra estratégia de Anna Ribeiro foi buscar uma genealogia “gloriosa” que também confirmasse o status social fidalgo. Em sua autobiografia, traz uma ascendência semelhante às genealogias bíblicas⁶. Junto à publicação dos *Longos Serões do campo*, foi publicado pela família Mariani também um extenso quadro genealógico que atribui a dois imigrantes portugueses uma possível nobreza de sangue. Em contraposição a essa “origem nobre”, Kátia Mattoso mostra num de seus estudos que muitos “novos ricos” buscavam o reconhecimento de um sangue nobre (que não correria em suas veias). Ela ainda menciona que o genealogista frei Antônio de Santa Maria de Jabotão elaborou no início do século

⁵ Vilhena registra que várias famílias baianas “passavam” por nobres, segundo ele, um “plebeu torna-se *abjeto* quando quer se fazer passar por nobres, é não falar em seus escritos troças a propósito dos baianos que vivem a inventar para as próprias famílias genealogias tão longas quanto “a dos hebreus, e disputar nobreza com os grandes de todo o mundo (...)”. Para ele, deve ser rico, mas também modesto. (SANTOS, Vilhena, *A Bahia no século XVIII*. Vol I, p. 52).

⁶ No início dos Evangelhos bíblicos é descrita a genealogia de Jesus Cristo. Os autores buscam reafirma que Jesus tinha uma ascendência real ligada ao Rei Davi – o rei mais respeitado de Israel em todos os tempos, por isso Jesus é também chamado de a “Raiz de Davi”, pois como homem teria se originado de sua descendência mas, como Deus o teria gerado. Vale ressaltar que, em muitos aspectos a escrita de Anna Ribeiro assemelha-se a dos autores sagrados, chegando ela a reescrever em seus romances duas histórias das Santas escrituras: A Filha de Jephthé (1882) e Abigail (1921).

XIX, um catálogo genealógico de todas as famílias poderosas de senhores de engenho do Recôncavo baiano e agraciou todas elas com ilustres ancestrais. Para fundamentar sua afirmação a historiadora expõe como exemplo, coincidentemente, os Araújo Góes:

Gaspar de Araújo, por exemplo, seria descendente da nobreza da nobre linhagem dos Araújo de Ponte Lima, do Alentejo, e que Catarina, sua mulher, descenderia dos “Góis da Bretanha, província da França”. Na verdade, Gaspar e a mulher chegaram ao Brasil, como simples imigrantes. (MATOSSO, 1992, p. 670, nota 18)

O primeiro casal dos Araújo Góes se instalara na capitania de Ilhéus e algum tempo depois os primeiros de seus membros vieram a se instalar no Recôncavo Norte, onde estabeleceram uma tradição de hegemonia política e na região⁷. Para Kátia Mattoso o casamento endogâmico seria uma das principais táticas utilizadas por esse clã para expandir suas possessões⁸. Entretanto, numa análise dos documentos de propriedade de terras da família, percebe-se que o casamento também era utilizado como uma forma de reforçar os laços sociais e políticos entre a aristocracia local⁹. Segundo Anna Ribeiro, *“criava-se dessa forma certo espírito de família e, se surgia alguma dissensão, os mais respeitados dentre os parentes tratavam de harmonizá-la. Nas grandes ocasiões, todos se reunião e auxiliavam mutuamente”*. (BITTENCOURT, 1992, p. 3).

Opulência e abastança em uma vida “quase patriarcal”

Opulência é uma palavra carregada de sentidos, os quais, aliás, particularizados ao longo do século ao longo do século XIX. Alguns verbetes de dicionário de Portugal

⁷ Em 1681, uma lei que restringia a construção de novos engenhos a uma distancia mínima de 1.500 braças das propriedades já existentes no recôncavo ocasionou a abertura de novas zonas açucareiras, em paróquias como Inhambupe, Rio Fundo e Santana do Catu. Por causa disso no século XVIII algumas famílias instalaram engenhos de cana na região como foi o caso dos Bittencourt Berenguer e dos Araújo Góes. SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*: tradução Laura Teixeira Motta. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

⁸ A análise das estratégias matrimoniais das famílias da elite baiana oitocentista foi feita por Kátia Mattoso: Mattoso, Kátia de Queiróz. *A Bahia no século XIX: Uma Província no império...* p.182-186 e *Família e sociedade na Bahia do século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988, p.136-159. Nesses estudos Mattoso faz referências ao Araújo Góes e aos Costa Pinto como as que mais se utilizavam dessas estratégias.

⁹ Algumas das famílias Aristocratas da região com os quais os Araújo Góes se uniram forças, foram os Garcez, Berenguer, Mariani, Bittencourt e os Uzeda e Luna. Anna Ribeiro, por exemplo, casou-se com um primo distante – Sócrates Bittencourt – que era também descendente dos Berenguer. Muitos desses eram vizinhos e aliados políticos.

referiam-se a ela como “riqueza ostentatória”. No decorrer do século XIX, o sentido da palavra opulência vai se reforçar passando a significar cada vez mais “a qualidade visível da riqueza e sua utilização na convivência social”. Opulentar-se “torna-se, no senso do século XIX, abastado”. A superabundância do necessário define bem certa opulência, como a que existe, por exemplo, na opulência física (MATTOSO, 1997, p. 151-168.).

O engenho Api era dessas “vivendas” onde mesmo havendo certa “modéstia”, não faltavam tudo o que se precisava para se viver com certo “luxo” e “ostentação”. Os senhores da casa eram Mathias de Araújo Góes e sua esposa Anna da Anunciação sempre mandavam trazer da Cidade da Bahia os poucos víveres que não eram produzidos dentro do engenho. O proprietário mandava mensalmente à capital um escravo de confiança levando correspondências, esse escravo inspecionava os outros que levavam os animais de carga e permaneciam em um dos portos de mar onde havia trapiche para o recebimento do açúcar. Na volta, costumeiramente, traziam fazendas encomendadas e vários objetos de uso da casa, além de doces vindos do Convento das Mercês e outros produtos da indústria feirática, muito apreciados. Tudo isso era comprado pelo correspondente (negociador) que a isso se prestava para ser agradável ao senhor de engenho que lhes dava grandes lucros com a consignação do açúcar, de cuja venda se encarregava (BITTECOURT, 1992, p. 67.). A expressão de riqueza foi uma das formas mais constantes para que os senhores de engenho ostentassem o seu poder. Por isso, Anna Ribeiro recordava-se da fatura que havia no seu engenho relatando como a família vivia no engenho e tinha ligações com o que acontecia no Recôncavo. Ela conta que a família detinha a assinatura de vários periódicos nacionais e estrangeiros, algo que só era possível a uma família “de posses”. Conta também sobre uma rede de subalternos que prestavam assistência ao senhor seu pai, relatava também que esse nem ao menos precisava sair de casa para negociar sua produção, recebendo ainda certos favores do empregado que o representava no comércio da produção, na Cidade da Bahia. Além disso, detinha escravos de “confiança” que faziam a ligação entre ele o negociador. Na tentativa de se apresentar de forma “modesta” a autora se reveste de “humildade” ao referir-se ao seu pai como “lavrador” que ganha “da terra o fruto do seu trabalho”. Como já foi dito, havia um consenso entre a elite, de que o verdadeiro nobre deveria ser rico, porém “modesto”. Entretanto, essa “modéstia” acabava esbarrando na ostentação da abastança perante a sociedade. Anna Ribeiro termina esse trecho da narrativa: *“Era quase sempre para mim destinados e me davam muito prazer”* (BITTECOURT, 1992, p. 68). Os vestidos das moças, eram trazidos da capital, e o luxo e a moda faziam com que as filhas dos Araújo Góes se destacassem entre as parentas (REIS,

2000, p. 64.). Santinha – como apelido Anna Ribeiro - era uma das poucas meninas que sabia ler e escrever, o grau de estudo da menina era também uma forma de expor a riqueza da família. Quando moça, aprendeu ainda francês, italiano, tocava piano, era cantora oficial das festividades e sabia todas as “prendas” que uma moça de “boa família” deveria aprender. Segundo Adriana Reis (2000), as mulheres tinham um papel importante na consagração das alianças familiares e no estabelecimento de “boas” relações construídas nos salões e festas promovidas pela elite. Para as jovens isso também representava a possibilidade de casamentos mais “vantajosos” quanto possíveis. (BITTENCOURT, 1992, p. 38.)

A opulência expressa por essa família também era visível nos encontros sociais que eram promovidos. O engenho Api era considerado o ponto *Chic* de Catu, era também a única casa que possuía piano. As festas aconteciam em meio a muita fartura, e, por vezes, duravam dias. Wanderley Pinho também menciona esse momento “áureo” da aristocracia baiana, segundo ele, a vida social, em que figurava o elemento feminino, circunscrevia-se às festas de igreja, às procissões, em tribunas ou sacadas, de cavalcadas e touradas. Ainda sobre as festas no Recôncavo dos oitocentos o autor complementa:

(...) e a referência a jantares e danças de sociedade mais modesta, onde, após a mesa, dançavam-se graciosamente o lundu, alude à riqueza dos senhores de engenho do Recôncavo, em grandes moradas cômodas, com abundância de criadagem e franquezas de hospitalidade. Serve-se enfim, dia ainda, o jantar de aparato, com brindes a não acabar, a tudo e a todos: o anfitrião, a cada conviva, aos parentes, aos ausentes, a lavoura, aos patriotas, ao belo sexo... E quando os brindes acabam, começam mais animadas, outras danças, que, entrando pela noite, vão terminar a festa. (PINHO, 1952, p. 41-43.)

Típico representante da aristocracia baiana, o neto do Barão de Cotegipe lembra com saudosismo da época em que os senhores do Recôncavo reuniam-se para celebrar suas riquezas. Dessa mesma forma, a primeira romancista baiana se lembra das festas e celebrações que ocorriam em sua vivenda. A rotina da vida no campo era temperada pelas celebrações religiosas, de núpcias e de colheitas. No clã dos Góes cada um tinha um “santo de celebração”. Essas festas eram comemoradas com muita música, danças, comida. Relatando uma dessas festas, no engenho Remédios, Anna Ribeiro ponderou:

Tinha eu tão pouca idade, que não sei bem se as recordações que conservo foram todas desse primeiro jantar que me lembro de ter assistido, talvez algumas sejam de outros que participei, porque eram a repetição daquele com pequena diferença. A civilização parecia estacionária naquele abençoado cantinho onde se vivia uma vida quase patriarcal. (BITTECNOURT, 1992, p. 46.)

O “cantinho quase patriarcal” dá a idéia da perfeição que aquele mundo representava para a elite senhorial. Resvalando entre o viver calmo dos longos serões e as celebrações temporãs. As festas contavam com a participação de cantores que entoavam músicas acompanhadas por violão e era também uma oportunidade para que os jovens arranjassem casamento, visto que era um dos poucos momentos em que as moças apareciam em público. Eram momentos reservados para o encontro da elite, sendo apenas permitida a presença de agregados que mereciam certa estima dos proprietários. Por vezes, ao final da festa, os escravos pediam aos senhores para festejarem também, e, caso fosse permitido, dançavam sambas e lundus no terreiro do engenho.

Uma família senhorial como referencial identitário: os pais de Anna Ribeiro

A formação intelectual deveu-a a circunstâncias excepcionais. Da mãe herdara uma inteligência ampla e interessada, até os seus últimos dias, em toda espécie, com a instrução elementar, uma sólida educação moral e religiosa, bebida diretamente nas Escrituras Santas. Do pai uma inteligência mais precisa e objetiva, graças a qual se constituiu no decurso de uma longa vida, um tesouro de experiência. (Clemente Mariani, neto de Anna Ribeiro, 1940)

O ambiente privado da família patriarcal do Recôncavo oitocentista teve grande importância na formação dos filhos e filhas dos senhores de engenho. Anna Ribeiro relata que pouco freqüentava o arraial de Catu e só fora a cidade da Bahia duas vezes durante a sua mocidade. No mundo diário, o elemento feminino era o centro de todas as rotinas familiares, a sua atividade nessa esfera detinha grande significação social, comparada às atividades do trabalho no espaço público reservado aos homens (LEITE, 2005, p. 71.). O ambiente familiar teve papel decisivo na formação da maneira de pensar da elite, sobretudo das mulheres.

Mathias de Araújo Góes, “abastado” senhor de engenho

Mathias de Araújo Góes (1817-1875) migrou da Vila do Itapicuru, onde não fora bem sucedido, para Sant'anna do Catu com a esposa e filha. A opção pela região não fora por acaso, pois ela era habitada por grande parte de sua parentela, que ali desenvolvera uma estratégia de expansão de terras. Terceiro filho do patriarca Manoel José de Araújo Góes, o senhor Mathias era um homem rústico de pouca instrução que tinha o mundo da lavoura como extensão e fim da sua vontade e poder, ele fora um dos primeiros (e únicos) daquela região a implantar a usina de cana a vapor o que lhe garantiu considerável crescimento econômico, comprara todos os seus engenhos com a força do seu trabalho, o ultimo em 1855 foi o, engenho Api. Dentro da casa-grande a sua atuação era incipiente, cabia à senhora sua esposa resolver a maior parte dos problemas que porventura surgissem, levava quase todo o seu tempo “na edificação do engenho, na moagem e na lavoura”. Seu julgamento sobre os outros era sempre duro, o que lhe garantia o apelido de “boca de praga”. Era sempre inquirida sobre a sua vontade, essa deveria ser cumprida à risca. Era pai extremoso, mas ao mesmo tempo enérgico e intransigente quando se tratava do que ele julgava o seu dever de pai de família. A relação com a esposa era das piores, pois o abastado senhor era dado “a poligamia que reinava entre os senhores de engenho”. Mesmo tendo o controle da “subsistência” do engenho, o senhor do Api mostrava-se sempre atualizada em relação às “ultimas novidades” advindas da Europa:

Quando a safra era boa não tinha pena de gastar dinheiro e gastava até dar festas em que reunia os parentes; quando a safra era menor restringia as despesas sem que por isso faltasse em casa a abundância, pois os lavradores daquela época tinham todos os gêneros agrícolas em suas propriedades comprando somente o que não se cultivava no país (BITTECOURT, S/D).

Mathias de Araújo Góes era um homem de grandes propriedades. Em conversa com um parente próximo que lhe comunicara que seu filho iria trabalhar como administrador de um engenho ele expressou o que significavam tais posses para um senhor de engenho como ele:

- Você não tem terras? Por que não aconselha a trabalhar nelas? Não há interesse que me forçasse a exercer tal emprego. Poderia aceitar um emprego público, porque então iria servir a meu país; porém servir a outro homem. Nunca! Preferia trabalhar com a enxada na mão (BITTECOURT, 1992, p. 49).

A posição de Mathias de Araújo Góes elucida algumas idéias sobre a elite senhorial do Recôncavo. Sua lógica paternalista, não concebia um mundo fora da extensão de sua vontade, nem admitiam depender de outro homem como empregado. Ao afirmar que

“preferia trabalhar com a enxada na mão” fica nítido de que jamais aceitaria depender de outro homem a não ser ele mesmo. O “trabalho para o país”, pelo menos denotaria certo estado de nobreza, mas trabalhar para outro senhoril era inconcebível na visão do senhor do Apí. Para ele, o homem digno deveria ser senhor de sua própria terra e mantenedor de seus dependentes, sendo que a vida de todos deveria convergir para a sua. A ideologia paternalista é pensada em torno da centralidade do senhor, e esse se recusa a viver em um mundo que não seja a expressão de sua vontade¹⁰. No final da sua vida, Mathias foi aconselhado a mudar-se para Salvador ou para Europa para cuidar da sua saúde, mas recusou-se, morrendo pouco tempo depois, afirmando que preferia morrer dentro de suas próprias possessões¹¹. A doença e a morte do senhor do Apí aconteceram num momento em que os negócios com o comércio do açúcar iam de mal a pior, para Mathias de Araújo Góes, o senhor e suas possessões (incluindo todos que nela residissem) eram como se fossem integrantes de um mesmo corpo, sendo o homem a sua cabeça. Além do mais, ele não se concebia fora daquele ambiente, não se imaginava em outra posição que não fosse o senhoril. No romance *Letícia* (1908), o pai da protagonista o também senhor de engenho, senhor Travassos, teve também a mesma posição ante a doença de que fora acometido. Na ficção, a enfermidade é atribuída à “pirraça dos escravos”, em decorrência do *13 de maio*.

Anna da Anunciação Ribeiro, “mestra e mãe”

Para Peter Burke, do ponto de vista de sua transmissão, cada memória tem suas próprias forças e fraquezas. Ele chama de “esquema” o aspecto presente em vários tipos de meio de comunicação. O esquema se associa à tendência a representar – e às vezes a lembrar – um determinado fato ou pessoas em termos de outro (BURKE, 2000, p. 76-77). Nesse sentido, o valor simbólico dos nomes de santos e santas da igreja católica, são exemplos interessantes. A leitura do *Flos Sanctorum*¹², deve ter impulsionado muitas mães

¹⁰ Sidney Chalhoub refere-se à ideologia paternalista como “O mundo era representado como mera expansão de sua vontade, e o poder econômico, social e político pareciam convergir sempre para o mesmo ponto, situado no topo de uma pirâmide imaginária”. Chalhoub. Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003. p. 58.

¹¹ Anna Mariani Cabral refere-se a esse episódio no prefácio que escreveu para o livro de contos da avó Anna Ribeiro. BITTENCOURT. Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Contos: A primeira injustiça; Os sonhos de Josephina; Prefácio de Anna A. Cabral*. Datil. S/D.

¹² Leitura obrigatória nos serões do campo do Engenho Apí (*Longos serões...* p. 268). O livro é um abreviado do compêndio das vidas dos santos de especial veneração na Igreja Católica, para elegerem advogados e

da elite cristã oitocentista a dar a seus filhos e filhas nomes que expressassem algum significado. Um estudo das “Annas” da família Araújo Góes e dos Ribeiro de Araújo traz, algumas considerações a esse respeito.

“Anna” significa “aquela que é cheia de compaixão, graça e clemência”. A Senhora *Sant’anna* é padroeira da então chamada *Santana* do Catu¹³. Anna Ribeiro recebera seu primeiro nome por causa de uma homenagem à Santa que teria feito sua mãe engravidar após sete anos de casamento sem “frutos”. A santa de devoção da senhora do Api é tida como símbolo do que o significado do seu nome expressa: além da clemência e compaixão, era também tida como professora e mestra e “mãe da mãe de Deus”. A forma com que a memorialista descreve a sua própria mãe, é semelhante a simbologia que envolve a santa de sua devoção. Ela própria adquiriu o singelo apelido de dona “Santinha”: “Com esse apelido eu achava que ela era mesmo santa”, afirmou sua neta Anna Mariani Cabral (CABRAL, S/D). Anna da Anunciação, mãe de Anna Ribeiro, foi tida como exemplo da família por muitas gerações: boa mãe, “excessivamente” piedosa com os escravos, amistosa com os agregados. Depois dela outras “Annas” surgiram em sua genealogia familiar assim como entre os homens os “Pedros Ribeiros” foram muito comuns¹⁴.

Filha do Major Pedro Ribeiro (? -1849), herói da família por ter participado da campanha pela independência do Brasil na Bahia, Anna da Anunciação desde cedo teve que cuidar dos trabalhos domésticos, dos irmãos e do pai doente, pois sua mãe havia falecido muito jovem. Casou-se ainda muito nova com Mathias de Araújo Góes. Ao que tudo indica a relação conjugal dos senhores do Api era bastante precária, pois, como afirma Anna Mariani Cabral, a neta de Anna Ribeiro, “minha mãe era boa para todo mundo, mas não tinha paciência com meu pai”, no contexto da narrativa ela apresenta os motivos da “falta de paciência”:

protetores em qualquer dia do ano, trazia as também os significados de seus nomes. Trazia também várias reflexões doutrinárias espirituais e morais, exercícios para se imitarem as suas virtudes. O livro foi publicado pela primeira vez em Lisboa, pela Tipografia da Academia Real de Ciências, sua terceira edição é de 1852.

¹³ Segundo a tradição local, a atual padroeira de Catu, teria sido escolhida após um mascate encontrar uma imagem de Sant’anna nas margens do Rio Catu. A tradição conta ainda, que Sant’anna foi a avó de Jesus, considerada “mãe da mãe de Deus”, por tanto, mãe de Jesus “duas vezes”, a maior parte das devotas da Santa afirmam que ela foi também matrona das professoras e “mestra por excelência”. Interessante notar é que na literatura de Anna Ribeiro, as senhoras de engenho deveriam “estudar para professora” para estarem preparadas para possíveis “tempos difíceis”.

¹⁴ O Pedro Ribeiro Major Pedro Ribeiro é tido como o grande herói da família. Em 1822, as vésperas do centenário da independência, Anna Ribeiro escreveu a biografia dele, incluindo a história de sua participação na Batalha do Pirajá, pela independência do Brasil na Bahia. Provavelmente por esse motivo tantos descendentes seus receberam o seu nome, entre eles o primeiro noivo de D. Anna (Pedro Ribeiro da Trindade) e o seu filho primogênito (Pedro Ribeiro de Araújo). Pode-se notar também que D. Anna sempre assinou “Ribeiro” e não “Bittencourt” (sobrenome de casada), isso pode ser uma homenagem ao avô. A esse respeito ler o primeiro volume dos *Longos Serões do campo*: O Major Pedro Ribeiro (1992).

Mas, com uma forte personalidade não fora feliz no casamento. Viviam praticamente separados, ela e o marido, dentro da casa do Engenho, pois era extraordinariamente ciumenta e não se conformava com a poligamia que reinava entre os senhores naquela época. (CABRAL, S/D)

A nobre senhora do Api não aceitava as traições do seu esposo, perante as escravas, por julgar uma depravação moral, fato que a levava a um casamento de “aparências”. Quando Anna Ribeiro foi morar na capital, após se casar com Sócrates Bittencourt, sua mãe preferira ir “passar uns tempos com ela”. Anna Ribeiro registra sucintamente os problemas conjugais dos pais narrando a questão de forma bastante amenizada: *“Demais, ele [Mathias], sem poder-se qualifica-se de mal casado, segundo confessava minha mãe, não vivia com ela na doce comunhão de idéias e de sentimentos que deve ser o desideratum dos casados. A divergência de idéias ocasionava às vezes entre ligeiras discussões, felizmente sem conseqüências”* (BITTENCOURT, 1992, p. 37)

A expressão apaziguadora de Anna Ribeiro reflete a idealização de uma família perfeita presente num faustoso passado que ela gostaria de ter vivido. Essa questão reforça a idéia das memórias como uma reinvenção do passado em função das necessidades de identificação com o presente.

Embora não aceitasse a postura do marido Anna da Anúnciação desempenhava plenamente as funções de casa, cuidando não só da filha, senhorinha Anna Ribeiro, como dos escravos e mesmo do dito esposo. Ainda sem concordar com as posições do marido, ela freqüentemente as acatava, rendendo-lhe a posição de senhorio, sem, no entanto deixar de valer sua “forte natureza” em determinados momentos.

Era responsabilidade das senhoras da época, uma série de serviços e trabalhos de casa: lidar com equipes de cozinheiras, amas de meninos, carregadores, ganhadores, fiadeiras, costureiras, lavadeiras, passadeiras ou de pintores, pedreiros e barbeiros. A senhora de engenho tem uma função proeminente na “harmonia” do cotidiano da família patriarcal (MATTOSO, 1997, p. 157). Esse papel foi indispensável para mediar a “intransigência” do senhor diante dos seus dependentes. O papel político exercido pela senhora junto aos agregados e escravos não objetivavam apenas a “harmonização” da vida no engenho, mas, podem ser entendidos também como estratégias de manutenção das relações com os subalternos.

Anna Ribeiro pouco se refere à relação do seu pai com seus subalternos. Como fora afirmado, ele tinha o gênio “intransigente” e pouco ficava na casa-grande. No entanto,

são ricas as informações sobre a relação de sua mãe com os dependentes. A consorte do senhor Mathias gostava de contar histórias bíblicas as escravas nos longos serões do campo, quando todas juntas – dominadas e subalternas – cosiam e bordavam roupas na varanda da casa-grande. Tratava-se de um modo de inculcar preceitos de moral as “pobres” escravas. Aconselhava também aos escravos da lida que soubessem respeitar seu senhor, afirmando que “não havia senhor mau para escravo bom”. Não admitia castigos físicos aos escravos de sua possessão. Na ocasião da partilha dos escravos do seu pai e de sua irmã – mencionado no início desse capítulo –, a narradora conta que todos os escravos queriam “pertencer-lhe”, aos que ficaram com os parentes aconselhando ao pai dos herdeiros (seu tio), que não permitisse abusos por parte dos novos senhores. Aos escravos que ficaram com seus primos, deu imagens e registros de Nossa Senhora e de santos, também dando “úteis” conselhos para vida com os novos senhores: “bem aventurados os que choram porque serão consolados” repetia a terna senhora aos “infelizes” que dentro em pouco iriam partir. Em relação a essa questão, é interessante notar a influência das formas de recepção de determinados “manuais” e romances da época e a sua relação com a prática social dos senhores no tratamento com os seus subalternos. *A Cabana do Pai Tomás* (1850), as *Cartas de Educação para Cora* (1849), e *Os miseráveis* (1862), por exemplo, foram leituras (re)significadas pelos senhores do Apí¹⁵. Nas descrições de Anna Ribeiro, verificam-se uma identificação muito forte entre os “ensinamentos” desses livros e a forma com que se tratavam escravos, agregados e lavradores. As similitudes com os personagens descritos nessas obras e os sujeitos descritos pela memorialista é muito grande, o que evidencia a (re)significação da vida dentro das obras e no enredo da narrativa da memorialista do Apí. No capítulo três do livro dos *Longos Serões do Campo*, delinea o modo com que os senhores enxergavam os escravos e como eles os tratavam com “bondade” e com “prestimosidade”. Além de significar a “ação cristã” dos dominadores essa política de tratamento visava também criar um sentimento de gratidão nos dominados e, através disso colocá-los sempre na condição de “pobres miseráveis eternamente dependentes da benevolência de seus amos”. Esse ponto é importante, pois trata da imposição discursiva da identidade dos outros e da construção da própria identidade. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de

¹⁵ A influência da literatura na vida da romancista e de sua mãe é muito acentuada visto que as mesmas eram leitoras assíduas. Romances franceses, portugueses e brasileiros eram, possivelmente os mais lidos. O inventário mais detalhado da biblioteca de Anna Ribeiro foi feita por Nancy Vieira fontes. [FONTES, Nancy Rita Vieira. *A bela esquecida das letras baianas: a obra de Anna Ribeiro*. (Mestrado em Letras/UFBA). Salvador, 1995].

aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com os outros (POLLAK, 1992, p.204).

Memórias não contadas

As duas sessões anteriores trataram do mundo vivido representado por Anna Ribeiro. Esse tópico tratará de outro trecho da vida romancista, um período que ela preferiu não registrar e sua autobiografia: sua vida de casada, primeiro em Salvador e depois ocupando o lugar de sua mãe como a nova senhora do engenho da família.

Peter Burke afirma que a história social do lembrar é uma tentativa de responder a três perguntas principais. Quais modos de transmissão de memórias públicas, e como esses modos mudaram ao longo do tempo? Quais os usos do esquecimento? Ele reitera que as memórias que são jogadas ao “esquecimento” são aquelas que para determinado grupo social não é interessante lembrar, o que ele chama de “amnésia social”. Para ele, a censura do passado é algo que serve a interesses do que é importante ou não ser lembrado para quem. Dessa forma, existiu um passado que para a primeira romancista baiana, não era conveniente lembrar, pois ele impunha a desfiguração de um passado faustoso. Essa questão será aqui tratada com o intuito de focalizar as contribuições que as experiências desse período legaram para as histórias contadas por Anna Ribeiro.

Salões, festas e incursões literárias na cidade da Bahia (1865-1868)

Logo após se casar, Anna Ribeiro mudou-se para Salvador com esposo, que na época estudava na Faculdade de Medicina. O casamento da primeira romancista baiana realizou-se no Engenho Api em 1865. Ela havia perdido há pouco tempo seu primeiro noivo, Pedro Ribeiro da Trindade, o mesmo que participara da partilha e que herdara do avô Pedro Ribeiro e da tia Maria, os escravos das Fazendas do Itapicuru em 1850. O consórcio com o

Sócrates Bittencourt (1843-1908)¹⁶, foi algo inesperado, pois *Santinha* já estava avançada na idade de casar para os padrões da época – ela estava com 22 anos – ela recusara vários pedidos de casamento, pois pensava melhor ficar solteira do que casar com um homem intelectualmente inferior. Foi quando um dos primos resolveu articular o consórcio com outro primo da parte da família Bittencourt. Esse era considerado um casamento vantajoso, pois o jovem médico tinha uma carreira promissora e era de “boa família”. Era uma ótima oportunidade para não ficar na situação precária em que ficava uma moça solteira e solteirona da elite naquele tempo sem ter que ter o desprazer de casar com um homem rústico¹⁷. Seu futuro esposo freqüentava a mais apurada sociedade da capital, era amigo do médico da Condessa de Barral, era uma possibilidade de terminar seus estudos. E de fato ela aceitou esse casamento “vantajoso”.

A mudança para a cidade da Bahia representou uma transformação muito grande para a vida da jovem senhora. Ela havia vivido quase toda a vida entre os longos serões do campo e as festas religiosas e de família. Dali em diante teria contato com os maiores escritores da província, visitaria os salões mais “bem” freqüentados da capital, teria acesso a bibliotecas como a da Faculdade de Medicina, teria uma vida cosmopolita. Agora estava pronta a conhecer um mundo, freqüentar novos ambientes.

Wanderley Pinho relata que a gente “elegante” da Bahia imitava no seu desembaraço (dos europeus), no gosto pelas festas, no desenvolvimento da sociabilidade, na quebra dos velhos moldes de retraimento das senhoras, a Corte e a Europa. Anna Ribeiro era amiga de duas senhoras mais distintas da capital: a Senhora Inocência Góes (sua prima) e Adelaide de Castro Alves – irmã do poeta dos escravos. A segunda era amiga íntima de Anna Ribeiro, chegando até a escrever uma poesia para Sócrates, seu esposo¹⁸. Sobre os salões das referidas senhoras Wanderley Pinho, traz detalhes interessantes:

Um deles (refere-se ao salão) foi o da senhora Inocência Góis, cujo espírito e graça, sedução e cordialidade espontânea e simples eram um imã de atrativos

¹⁶ Filho do Major Rodrigo de Araújo e de D. Maria Francisca de Bittencourt e Aragão, representantes de uma das famílias mais tradicionais do Recôncavo Baiano do século XIX. O major era primo dos Araújo Góes do Catu, família do pai de Anna Ribeiro. *Longos serões do campo: Infância e Juventude*. P.223.

¹⁷ Kátia Mattoso atribui o celibato feminino no decorrer do século XIX a manutenção da mulher na esfera privada e a endogamia como forma de preservação da riqueza da elite. Esses fatores levaram muitas mulheres a não encontrar maridos e tornarem-se celibatárias. Um estudo da família a qual pertencia D. Anna mostrou que no século XIX 42% das mulheres da família Araújo Góes não se casaram. O fim dessas mulheres era ou fazer os votos como freira (a tia de D. Anna foi obrigada a ser freira, fato romanceado em “O Anjo do Perdão”), ou se ficava sob a guarda de um dos homens da família que herdava também seus bens. (MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no império*. 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1992. p.188-192).

¹⁸ O poema *Ao Dr. Sócrates* foi dedicado ao marido de Anna Ribeiro em 27 de maio de 1900 no engenho Api por Adelaide de Castro Alves. O fato de poema ter sido escrito “em razão de se ter achado frio e sem força o final da primeira poesia” infere que ela já havia escrito uma outra endereçada para Dr. Bittencourt.

suaves e tenazes. Ela foi em grande parte a inspiradora e a colaboradora decisiva da carreira política do marido, e congregava em torno de si, de sua palestra, de seu sorriso, das mesas de chá ou de jogo, da sala em que dançava ou da capela particular em que se cantava o “mês de Maria”, dos comentários ou conciliábulos políticos – um partido maior e mais firme do que o do esposos, deputado pela Bahia e um dos chefes conservadores na província – com suas campanhas de imprensa e cabalas, seus favores e seus discursos. (...) O Salão de dona Adelaide parecia reter em seus umbrais essa harmonia. Mas o culto de saudade e admiração pelo seu irmão genial e pelo marido combativo, enérgico e artista, não tornaram aquelas salas antecâmaras de cemitério. (...) Esse misto de expansão risonha e de melancolia era o encanto maior de sua maneira de receber e congregar um grupo de convivas certos – graças femininas de mocidade e algumas inteligências das melhores da Bahia de então. (PINHO. 1952, p. 55 e 56)

Foi nesse ambiente que a primeira romancista baiana conheceu e se apaixonou pela obra de Castro Alves. Por um tempo as influências dos inflamados discursos do “poeta dos escravos” moveu o coração dessa jovem senhora, como relato o neto da senhorinha do Api, o Dr. Clemente Mariani:

Pelos tempos de 1865, Castro Alves dominava o meio literário baiano, compondo *Os escravos*, representando o *Gonzaga* recitando em todas as tribunas populares ou cultas. D Anna Ribeiro de Góes Bittencourt **viu-se, por um instante, envolvida nesse movimento animado pela campanha abolicionista e pela guerra de Paraguai**. Mas a formatura do marido e a soma de interesses ligados aos bens de que era herdeira única, desviaram-na para vida rural. Foi então, portres (?) lustres, senhora de engenho, dirigindo a grande casa cheia de escravos e a educação dos filhos, integrada na animada vida social do Recôncavo, mas fazendo estágios na Capital e sempre interessada a par das novidades literárias da época, inclusive pela assinatura de revistas estrangeiras (BITTENCOURT. Clemente Mariani, 1940, p. 6). (Negrito e grifo meu, grifo do autor)

A agitação da vida na capital fez com que “por um momento” D. Anna se impressionasse pelas suas incendiantes exposições poéticas e teatrais. Anna Ribeiro adorava as audições literárias que aconteciam na capital naquele momento, o que a fez registrar esse costume num de seus romances¹⁹. No entanto, inusitadamente, embora seja conhecida a sua “paixão” por Castro Alves, não há citações do poeta dos escravos dentre as suas obras prediletas, nem mesmo em seus caderninhos, onde registrava as poesias dos autores que mais gostava. A expressão “por um instante” enunciado pelo seu neto mais velho – que fora criado por ela, como era costume da época – pode ser uma evidência da decepção que a experiência abolicionista trouxe para a vida de sua família. Essas

¹⁹ Trata-se de um romance inédito que se chamaria *Suzana*. O manuscrito foi conservado pela bisneta Anna Clara Bittencourt Cabral.

informações podem evidenciar que mesmo considerando-se “abolicionistas”, abolição tal como se sucedeu não ocorrera da forma com que os Araújo Góes Pensavam. Muitas são as queixas encontradas no registros da família sobre o governo e sobre a “rebeldia” dos escravos. Sobre o governo brasileiro, os antigos senhores queixavam-se de não terem sido avisados a tempo e que a abolição veio no momento da colheita e, que além disso, não houve qualquer tipo de compensação financeira por parte do Estado. Dos ex-cativos as reclamações dos senhores se remetiam a destacar sua “ingratidão” por “dar as costas” aos senhores quando mais esses precisavam. Eles [os senhores] que os tratavam “como filhos”! Nas narrativas – memorialistas e literárias –, de Anna Ribeiro encontram-se presentes muitas “vozes” dessas experiências – tanto de suas práxis, quanto de suas incursões literárias. A polifonia – para usar o termo familiar aos teóricos literários e lingüistas - presente na produção de Anna Ribeiro oferece um tom peculiar aos estudos das visões da elite sobre o mundo senhorial e o pós-abolição.

Anna Ribeiro, senhora de engenho

O período que Anna Ribeiro passou na capital marcou indiscutivelmente a sua vida e interferiu na forma com que ela entendia o mundo. Isso acabou desembocando na escrita da sua prosa, como se pode perceber em *Suzana* (Inédito). Porém o período subsequente marcaria incisivamente a forma com que a romancista representou a vida senhorial nos fins do século XIX. As experiências vividas nesse período motivaram todo o seu projeto literário, uma vez que para a escritora seus romances preparariam as jovens sinhazinhas para os “novos tempos” que estavam por vir. O advento de “novos tempos” pressupõe a suplantação dos “tempos antigos”, dessa forma, a transição desses espaços temporais indicam mudanças e transformações. A missão literária da autora consistia justamente em orientar as suas leitoras para viver esse momento. Anna Ribeiro, ao escrever seus folhetins estava preocupada com a realidade e não com a ficção. Para satisfação de tal fim, ela colhia dos os “exemplos” de vida para a montagem de suas tramas. Ao mudar novamente para o engenho, ela viveu um período de dificuldades que alterou irremediavelmente a vida da família senhorial do Api e isso repercutiu indubitavelmente na sua obra literária.

Em 1868, o agora Dr. Sócrates Bittencourt formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. O casal, nessa época, vivia a mais fina flor da sociedade soteropolitana, quando o Senhor Mathias, pai da escritora, adoeceu. O engenho passava por uma das maiores crises de sua história: as secas, a diminuição da mão-de-obra, a situação do mercado externo afetara os negócios do abastado senhor de engenho²⁰. Para complicar, sua doença o impediu definitivamente de laborar sobre seus domínios. Como filha única, Anna Ribeiro teve que deixar o conforto da cidade da Bahia para dirigir os negócios do pai. Tornara-se senhora de engenho. Como sua mãe, cuidaria da casa, dos escravos, dos filhos e até mesmo do seu pai. A história de Anna da Anunciação parecia se repetir com sua filha. Mas, os tempos eram outros e contexto também. Além de desempenhar suas funções “naturais”, Ribeiro também teve de assumir as rédeas do engenho. As informações sobre esse período são escassas, mas algumas evidências apontam para um perfil mais atuante de Anna Ribeiro no que concerne à vida econômica da família. Ao que tudo indica, seu esposo não levava jeito para chefiar as funções laborares do engenho. Logo que chegou ao Catu, foi eleito vereador e intendente municipal, era um homem muito instruído e bastante culto, educado para viver na alta sociedade da capital, “era amigo do médico da Condessa de Barral” como se gabava sua esposa. Já a dona Anna Ribeiro sempre vivera no campo, era curiosa e atenta ao mundo que a cercava e, mesmo sabendo qual era lugar reservado para ela. Bastante observadora, gostava de aprender de tudo um pouco. Referindo-se a personalidade da avó Clemente Mariani afirmou o seguinte:

Da mãe herdara uma inteligência ampla e interessada, até os seus últimos dias, em toda espécie, com a instrução elementar, uma sólida educação moral e religiosa, bebida diretamente nas Escrituras Santas. Do pai uma inteligência mais precisa e objetiva, graças a qual se constituiu no decurso de uma longa vida, um tesouro de experiência (BITTENCOURT, Clemente Mariani, 1940, p. 06).

A inteligência “mais precisa e objetiva” que lhe constituiu “o tesouro de sua experiência” é uma referência a atuação da senhora Anna Ribeiro num campo mais prático, o campo dos homens. Na distribuição dos papéis, a mulher era vista como aquela que agia na educação da criança e na harmonização da família, atribuições que ficavam no campo das emoções e sentimentos. Já o homem tinha vocações “naturais” dadas por Deus, que o

²⁰Desde o início da década de 1870, a lavoura açucareira mergulhou numa crise financeira que se estendeu até o final do século XIX. A queda dos preços do açúcar nos mercados externos e a concorrência do açúcar de beterraba diminuíram o volume de exportação do produto. Para agravar a situação, a lavoura açucareira, extremamente dependente do trabalho escravo, vinha sofrendo as conseqüências da extinção do trabalho africano, em 1850, e as sucessivas leis emancipacionistas das décadas de 1870 e 1880. (FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1879-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006. p. 1).

comissionava para o sustento da família, suas funções eram mais “objetivas”. Para Anna Ribeiro as mulheres deveriam estar preparadas para tudo, inclusive tomar o lugar dos homens se a situação a isso levasse. Isso fica claro nos enredos de suas histórias. Em *Letícia (1908)* a protagonista assume o lugar do pai, o senhor Travassos, após a sua morte, ordenando os escravos, negociando com os atravessadores e vendendo a produção. Os biógrafos da autora também fazem referência a sua posição no Engenho Api:

Mas a formatura do marido e a soma de interesses ligados aos bens de que era herdeira única, desviaram-na para vida rural. Foi então, forte e ilustre, senhora de engenho, dirigindo a grande casa cheia de escravos e a educação dos filhos, integrada na animada vida social do Recôncavo, mas fazendo estágios na Capital e sempre interessada a par das novidades literárias da época, inclusive pela assinatura de revistas estrangeiras. (Idem, p. 06)

Circunstâncias supervenientes e imperiosas exigiram sua volta condição de senhora de engenho. No exercício dessa missão construtora das finanças da família, revelou-se, como sempre, superiora, inflexível quanto ao cumprimento do dever, mas profundamente humana e generosa para todos aqueles que dela dependiam, até para os escravos. (MACHADO, 1952. p.16.)

A posição da romancista dentro do cotidiano do engenho, após a morte de seu pai (1874), traz para fins de análise, uma relevante contribuição para compreender a literatura de Anna Ribeiro. Como pode uma defensora da manutenção da posição senhorial da mulher dentro do sistema patriarcal, sugerir que as moças teriam condições de dirigi-lo, tomando a frente dos negócios? Tendo como premissa a noção de que a escritora se valia de seus próprios exemplos ou exemplo por ela observados pode-se conjecturar que ela se projetava em muitas de suas heroínas no que concerne a tomada de posição na administração do engenho. Em *Letícia*, a protagonista assume as funções do pai após o seu falecimento, assim como a autora assumira as funções do Api após a morte de seu próprio pai.

Literatura e Identidade cultural: um projeto para jovens senhoras

Muitos falam contra os romances como leitura prejudicial à mocidade e pouco proveitosa como fonte de conhecimento. Porém, apesar de quanto se dito, continuam eles a ser lidos ainda pela maior parte daqueles que conhecem sua pouca importância, e formam quase exclusivamente a biblioteca das senhoras

que dedicam algumas horas à leitura, não se contentando em cuidar somente de modas e enfeites. Escrevendo *A Filha de Jephté* e *O anjo do perdão*, procurei dar um impulso a este gênero o romance (Anna Ribeiro, 1886).

O projeto literário da primeira romancista baiana começou a se definir nos primeiros romances escritos por ela ainda antes da abolição. Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt foi a primeira romancista baiana, num período em que o cânone literário baiano e brasileiro era dominado por homens. Propôs-se a produzir textos literários com o intuito de orientar suas conterrâneas nos caminhos da “moral” e dos “bons costumes”. Escreveu artigos para vários periódicos da época destacando-se o *Almanaque de Lembranças Luso-brasileiro* e a *Paladina do Lar*. A obra de Anna Ribeiro é vasta e diversificada. Nancy Rita Vieira Fontes classifica sua produção literária da seguinte forma: romances sagrados - *A Filha de Jephté* (1882) e *Abigail* (1921) – e romances profanos – *O anjo do perdão* (1885), *Helena* (1901), *Lúcia* (1903), *Letícia* (1908) e *Suzana* (Inédito). Anna Ribeiro também produziu um livro de memórias intitulado *Longos Serões do Campo* (1992). Dos contos apenas quatro foram recuperados, e mais: dezessete poemas, três hinos religiosos e dezessete artigos. Além de quatro manuscritos na área da crítica literária. Recentemente, foram localizados mais algumas publicações da autora: *Lúcia, Violeta e Angélica e Marieta*, o primeiro foi um romance publicado no jornal *A Bahia* (1903), e os dois últimos são contos publicados no *Jornal de Notícias* (1906 e 1908).

O primeiro romance dessa escritora – *o Anjo do Perdão* (1882) - foi prefaciado pelo Visconde de Taunay, a pedido do primo da autora, o barão de Araújo Góis, fato que evidencia a necessidade de um “padrinho” literário para validar a produção de uma mulher nessa época. Interessante notar que em nota ao tio de Anna Ribeiro o barão de Araújo Góes ele declara “ser o primeiro romance de Anna Ribeiro muito complexo para o seu público alvo”, ou seja, as mulheres e sugere que “ela escreva sobre temas mais fáceis que fale ao coração do povo”. As palavras de Taunay era um conselho para que a nova autora explorasse o regionalismo como estratégia de identificação com o leitor, conseguindo assim se manter na carreira literária. O autor de *Inocência* estava também fornecendo um meio de inserção da nova escritora no cenário literário. Ciente de como executar seu projeto, ela tanto se utilizou dessa como de outras estratégias de aceitação. Algumas hoje, pouco compreendidas, por obedecerem à outra lógica de vida e de atuação social.

Roger Chartier mostra que cada livro tem uma vontade de divulgação, dirige-se a um mercado, a um público, ele deve circular e deve ganhar extensão, para isso ele conta,

de um lado, com o autor, e por vezes com o editor, e que visa impor explicitamente maneiras de ler, códigos de leitura. Esses códigos de leituras se apresentam das mais diversas formas e buscam identificar o leitor com a leitura fazendo com que esse ascenda àquela. Eles vão desde a estruturação da publicação (em forma de volume ou folhetim, por exemplo), passando por formas de orientar a leitura dos textos (prefácios, prólogos e epílogos, notas de rodapé, autógrafos e dedicatórias) até estratégias ideológicas de inserção no meio literário (CHARTIER, 2001). Anna Ribeiro soube se utilizar de todas elas.

Não obstante, a primeira romancista baiana ter, aparentemente, ouvido o conselho do seu padrinho literário, publicando em seguida *Anjos do Perdão*, folhetim ambientado no cotidiano do Recôncavo baiano do oitocentos, ela também recorreu a outras maneiras de aceitação. Uma delas era a de se excluir voluntariamente do cânone dominante, através da identificação com as leitoras. Isso fica claro quando ela se dirige nos prólogos dos romances diretamente “as suas patrícias” dando “conselhos” que suscitem a “moral” e os “bons costumes”. Na verdade, sua estratégia constituía-se numa opção por ocupar um mercado literário ainda não explorado pelos escritores baianos naquele período: o romance de formação para mulheres. Anna Ribeiro era uma mulher informada, que lia livros e revistas da Europa, Portugal e Brasil, e por isso tinha consciência das lacunas deixadas pelo mercado. A aparente despretensão em se “enquadrar” numa escola literária, como ela mesma afirmava, era uma opção de não invadir um mercado literário já definido e ocupado, por escritores do gênero masculino, que como se sabe, dominavam o cenário público naquele momento. Nada mais perspicaz e prudente do que criar o seu próprio público (a elite feminina) quando o público já estabelecido (homens da elite), por questões do discurso dominante já tem um cânon literário definido. É preciso lembrar que a referida autora foi uma mulher da elite típica do século XIX e que em sua visão, à mulher cabe o papel de auxiliar do homem, cabendo ao ultimo o “cetro” da sociedade. Não se pode, no entanto, pensar em suas ações e forma de pensar a partir dos valores contemporâneos. É preciso buscar elementos que ajudem a entender, que cada grupo dominado da sociedade senhorial a qual pertencia a ilustre escritora sabia como transitar dentro da lógica paternalista conseguindo muitas vezes seus objetivos sem que, para isso, se choca com a ideologia paternalista dominante. No caso das mulheres da elite, é válido lembrar que elas não eram tão submissas quanto se pensava, sabendo como conseguir seus objetivos utilizando para isso o próprio discurso do dominador. A estratégia “humilde” de Anna Ribeiro para consolidar-se no cenário literário baiano é uma prova disso. Seus romances “despretensiosos” foram sucesso de crítica. Tratava-se de uma mulher astuta e perspicaz

que sabia coerentemente no mundo em que se introduzia e sabia também como permear por ele. Almanachio Diniz, referindo-se à romancista do Recôncavo baiano, tece comentários esclarecedores para o tema em questão:

Na Bahia, nesta terra estagnada e moritusa (?), ainda há quem cultive a literatura sem escândalos, modestamente, mas com superioridade de vistas. Esta neste caso D. Anna Ribeiro de Góis Bittencourt, autora de várias novelas publicadas em folhetins de jornais desta capital e do bem mencionado romance “Letícia” com que abro essa série de ponderações críticas. Num meio como o nosso de intrujices vindas nos porões dos navios de norte as sul do país, um romance aparecido com o fruto da terra é um acontecimento. E a crítica por mais vigorosa que entenda de certo, aponta defeitos em um livro que não tem similar para termo de comparação. Qual o romance de escritora baiana para entrar em comparação com *Letícia*? Louvado seja, portanto, quem trabalha em tempos como estes os meus aplausos a desinteressada constância nas letras que tem acentuadamente recomendado a Ins^a. D. Anna Bittencourt (DINIZ, S/D).

A crítica de Diniz, não obstante ser uma referência a “pratas da casa”, a valorização os escritores locais em detrimento dos de fora, é também uma alusão crítica da literatura realista e naturalista, ou mesmo romântica, e um manifesto em favor da literatura de fins moralistas, sobre isso também se pronunciou Gilberto Freire, em *Sobrados e Mucambos*:

Bem dizia em 1885 Da. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, ilustre colaboradora baiana do Almanaque de lembranças luso-brasileiro, alarmada com as tendências românticas das novas gerações – principalmente com as meninas fugindo de casa com os namorados – que convinha aos pais evitar as más influências junto às pobres mocinhas. O mau teatro. Os maus romances. As más literaturas. Os romances de José de Alencar, por exemplo, com “certas cenas um pouco desnudas” e certos “perfis de mulheres altivas e caprichosas” (...) que podem seduzir a uma jovem inexperiente, levando-a a querer imitar esses tipos inconvenientes na vida real (FREIRE, 2004, p. 249).

Ao mesmo tempo em que cumpria sua missão de preparar as senhorinhas de engenho para as mudanças processadas na Bahia no final dos oitocentos, Anna Ribeiro também explorava a demanda desse tipo de produção existente na Bahia da sua época.

Outra estratégia de inserção de Anna Ribeiro no cenário literário baiano se percebe já na sua segunda publicação, quando utilizou outro artifício para alcançar seu público alvo: os folhetins de jornais, publicados nos rodapés de vários jornais da capital e do interior baiano. D. Anna provavelmente sabia que o mercado editorial feminino era muito restrito e por isso, voltou-se para as publicações folhetinescas em jornais, *a priori*, voltados para os homens. Entretanto, um jornal ao ser comprado, tem em voga o alcance de vários

leitores, sendo uma tática dos editores para aumentar as vendas. Trata-se então de uma articulação de interesses mercadológicos bem delimitados e voltados para o consumo. Não era também algo novo, esses moldes seguiam tendências do mercado editorial Francês, que naquele período servia de modelo civilizacional para o Brasil, sobretudo a Bahia. Ainda no início da carreira literária da autora Augusto Blake fez um alusivo comentário sobre a entrada de D. Anna no mercado literário:

(Anna Ribeiro) Deu-se desde jovem a literatura, não só de seu país como a francesa; cultiva a poesia, e achando certo encanto na decifração de charadas e logogrfos, tem composto uma grande numero deles, e publicado alguns no Almanaque luso-brasileiro de 1880 a 1882, no Almanaque da Gazeta de Noticias da Bahia de 1883, (...). O anjo do perdão: escreveu a pedido de Antonio Lopes Cardoso e acaba de ser-lhe entregue para ser publicado na gazeta de Noticias da Bahia, em folhetins, e depois talvez seja impresso em volume (BLAKE. 1883, p. 94).

No que tange ao regionalismo adotado pela autora merece registro o tom realista de seus enredos. O cruzamento das histórias contadas seus folhetins com as memórias por ela escrita esclarece bem essa opção e ela fica ainda mais clara ao serem comparadas com outros documentos sobre sua vida e sobre o mundo a que pertencia. Tanto em suas memórias quanto em sua ficção, são documentadas as transformações ocorridas na sociedade, como o processo de abolição da escravatura e a decadência da elite agrária fundada na cana e nos produtos tropicais. Sobre a forma realista expressa, a que o gênero romanesco deveria enquadrar-se, Ribeiro afirmou:

O romance não é mais uma fantasia de imaginação para o divertimento das damas, porém sim uma obra séria, cujos detalhes são documentados e nos quais os investigadores do século próximo irão encontrar escrita, dia a dia a história do nosso século (BITTENCOURT, 1916, p.91).

Para a primeira romancista baiana, o romance deveria oferecer uma leitura que seus leitores e leitoras deveriam se identificar. Ele deveria ter também funções bem definidas, deveria focalizar a vida como ela era ou pelo menos como os autores a representavam. Deveria também mostrar a realidade e os problemas que esse apresentava, e deveria conter noções e posturas para superar as dificuldades que a classe senhorial enfrentava na Bahia dos fins do século XIX. Uma análise da produção dessa autora oferece uma fácil identificação de como ela se utilizava do realismo, no que tange à representação da realidade. Isso fica claro na composição do ambiente, pois suas histórias sempre se passam na terra natal da autora, o Recôncavo Baiano. Não apenas isso, seus romances

registram por vezes acontecimentos históricos presenciados pela autora; e a mais importante de tudo seus personagens são criação de sujeitos históricos que conviveram com ela.

Ao ficcionalizar o período histórico mencionado, Anna Ribeiro inscreve as posições de sua família e da elite a que tinha acesso e o modo como essas entenderam e lidaram com a abolição. Prova disso, é que uma análise de suas memórias e de textos deixados por parentes nos leva as mesmas conclusões que o romance impõe, só que essas fontes referem-se ao “mundo real” e não a “ficção”. Seus textos podem ser tomados como uma metáfora em que os personagens que se envolvem na trama têm cada um, sua significação própria, sendo arquétipos de agentes históricos que Anna observou durante sua vida.

A temática de Anna Ribeiro gira sempre em torno das questões que envolvem a mulher de seu tempo. Suas personagens revelam e representam os anseios, medos e situações da mulher da elite agrária baiana frente às mudanças que estavam se processando, além de registrar uma tentativa de resistência à dilaceração processual dos valores que representavam as bases de toda uma lógica paternalista e patriarcalista vigentes naquela época. Tem-se a partir da literatura de Anna Ribeiro então uma fonte para leitura de comportamentos, discursos e visões de mundo inscritos em tinta e papel por uma mulher da elite que ousou cumprir a sua “missão” de orientar as jovens diante dos “perigos” que os “novos tempos” poderiam lhe trazer. Seu projeto literário era bem delimitado e ocupava um lugar construído pela autora e por outras mulheres escritoras no decorrer do oitocentos.

Deve-se ter em mente também que a atuação de Anna Ribeiro no cenário literário dominante não foi nem passiva, nem débil. Muito pelo contrário, ela soube transitar dentro das limitações impostas pelo cânon dominante e soube também se aproveitar da sua posição social para conseguir construir sua trajetória literária.

Anna Ribeiro, ao “contextualizar” seus romances no tempo e no espaço documentou conscientemente os acontecimentos de sua época e, inscrevendo em seu texto percepção que tinha desses acontecimentos. No entanto, não é essa a maior contribuição que a sua literatura pode legar para os estudos de história. A maior contribuição dos seus textos literários não está na sua credibilidade como “documento” no sentido positivista. Como afirma Chalhoub “a literatura busca a realidade, interpreta e enuncia verdades sobre a sociedade, sem que para isso deva ser a transparência ou o espelho da ‘matéria’ social que

representa e sobre a qual interfere” (Chalhoub, 2003, p. 92). A interpretação dos textos literários segue a busca por sentidos mais complexos, devem-se observar os discursos que regem a lógica da narrativa e as práticas que movem as representações do real. Sendo assim, faz-se necessário entender como se articulava a ideologia paternalista do ponto de vista da autora e como as situações eram percebidas do ponto de vista dos senhores, para entender como a classe senhorial, da qual ela fazia parte, percebeu a vida nos pós-abolição. Trata-se de uma leitura senhorial sobre “os infortúnios” que ela mesma atravessara no final do século XIX.

BIBLIOGRAFIA:

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História Privada do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 02.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Exaltação*. A voz da Liga Baiana das Senhoras Católicas. Salvador, n. 06, set. 1926.

_____. Anna Ribeiro de Araújo de Góes. *Longos Serões do campo*; (Org.) Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. vol. 2.

_____. Anna Ribeiro de Araújo Góes [*Coletânea*]. Conteúdo: contos. Salvador, Datil. S/D.

BLAKE, Augusto Alves Victorino Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BURKE, Peter, *Varieties de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (org.). *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

Ver. – São Paulo: Global, 2004.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1879-1910)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

FREIRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano – 15ª ed. Ver. – São Paulo: Global.*

FONTES, Nancy Rita Vieira. *A bela esquecida das letras baianas: a obra de Anna Ribeiro.* (Mestrado em Letras/UFBA). Salvador, 1995.

LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920).* Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE, Rinaldo Cezar Nascimento. *A Rainha destronada: discursos das elites sobre as grandezas e os infortúnios da Bahia nas primeiras décadas republicanas.* (tese de doutorado – PUC-SP), 2005.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História Privada do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Vol. 02.

_____. Kátia M. de Queirós. *Bahia século XIX: Uma Província no império.* 2ª Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro. 1992.

MACHADO, Augusto Alexandre. A vida de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt. *Revista da Academia de Letras da Bahia*, 1952.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social.* Estudos Históricos, nº. 10, Teoria e História. Rio de Janeiro, FGV, 1992.

PINHO, Wanderley. Salões e Festas na Província Bahia. In: *Salões e damas no Segundo Reinado.* 3ª ed. Livraria Martins: São Paulo, 1952.

REIS, Adriana Dantas CORA. *Lições de comportamento feminino na Bahia do Século XIX.* Salvador; Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2000.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835: tradução Laura Teixeira Motta.* – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VILLAS-BOAS, Jayme L., *O crime do Catu: O desaparecimento do processo do Catu e os responsáveis por esse fato.* (Coleção publicada no Diário da Bahia). Bahia Imprensa Popular. Salvador, 1886.

Recebido em: 07/10/2007

Aprovado em: 08/11/2007